



Políticas Públicas no Brasil Exploração e Diagnóstico 4

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

**Políticas Públicas no Brasil Exploração e
Diagnóstico**
4

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 4 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-062-9

DOI 10.22533/at.ed.629192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO INFANTIL EM MUNICÍPIOS COM ALTOS IDEBS NO NORDESTE: AS CONCEPÇÕES DOS GESTORES ESCOLARES	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões</i> <i>Juceli Bengert Lima</i> <i>Manoel Zózimo Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922011	
CAPÍTULO 2	13
A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO MARANHÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL: ASPECTOS DA ORIGEM E A SUA IMPLEMENTAÇÃO	
<i>Marcia Cordeiro Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922012	
CAPÍTULO 3	24
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE CRECHES COMO POLÍTICA PÚBLICA A FIM DE REDUZIR A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DO TRABALHO	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922013	
CAPÍTULO 4	33
A IMPORTÂNCIA DO PIBID E SEUS IMPACTOS NA ESCOLA: DOIS ESTUDOS DE CASO EM MÚSICA	
<i>Cristina Rolim Wolffenbüttel</i> <i>Guilherme da Silva Ramos</i> <i>Romeu Riffatti</i> <i>Sita Mara Lopes Sant'Anna</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922014	
CAPÍTULO 5	46
A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<i>Silvania dos Santos Rabêlo</i> <i>Thelma Helena Costa Chahini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922015	
CAPÍTULO 6	56
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR NA INTERFACE SAÚDE E AMBIENTE	
<i>Carla Rosane Paz Arruda Teo</i> <i>Maria Assunta Busato</i> <i>Vanessa da Silva Corralo</i> <i>Junir Antonio Lutinski</i> <i>Gisele Assumpção Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922016	

CAPÍTULO 7 68

ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS COM MELHORES E PIORES IDEBS DO NORDESTE: A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO COMO INDICADOR DE QUALIDADE

Patrícia Maria Uchôa Simões
Marcela Pires Barbosa
Priscila de Cássia da Silva Ramos

DOI 10.22533/at.ed.6291922017

CAPÍTULO 8 79

ANÁLISE DA FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA EM MOLDES DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL SOB A ÓTICA DE PRECEPTORES/TUTORES E RESIDENTES

Carla Mousinho Ferreira Lucena
Ana Paula Rocha de Sales Miranda
Pablo Leonid Carneiro Lucena
Francilene Jane Rodrigues
Patrícia Barreto Cavalcanti
Clébya Candeia de Oliveira Marques
Adelaide Aires Pontes Adolfo

DOI 10.22533/at.ed.6291922018

CAPÍTULO 9 89

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: O PROGRAMA BOLSA DE INICIAÇÃO ACADÊMICA A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES

Márcia Regina Mariano de Sousa Arão
Gleiciane Viana Gomes
Aline Santos Martins
Maria José Martins Galvão
Fernanda Venâncio Farias

DOI 10.22533/at.ed.6291922019

CAPÍTULO 10 101

ATENDIMENTO EFICIENTE DA REDE EDUCACIONAL: A IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO LOGÍSTICO DE PERNAMBUCO

Ednaldo Alves de Moura Júnior
Emílio Veludo Lopes
Murilo Wesley Soares Costa
Anselmo de Oliveira Carvalho Filho

DOI 10.22533/at.ed.62919220110

CAPÍTULO 11 118

DEFINIÇÕES E CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE MATERIALISTA-HISTÓRICA DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Daphne Holzer Velihovetchi

DOI 10.22533/at.ed.62919220111

CAPÍTULO 12 136

ESTADO E AVALIAÇÃO ESTANDARDIZADA CRITERIAL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE QUASE-MERCADO

Joina Bomfim

DOI 10.22533/at.ed.62919220112

CAPÍTULO 13..... 148

FAMÍLIA E REDE LOCAL: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL EM UM PROJETO DE EDUCAÇÃO

Helena Piombini

Tainá Alvarenga

Rodrigo Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.62919220113

CAPÍTULO 14..... 161

FEDERALISMO, REGIME DE COLABORAÇÃO E A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NA BAHIA

Angelo Dantas de Oliveira

Célia Tanajura Machado

DOI 10.22533/at.ed.62919220114

CAPÍTULO 15..... 173

GÊNERO E INCLUSÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Leandro Fernandes Valente

Jhennifer de Souza Góis

Antônia Sheilane Carioca Silva

Heliandra Linhares Aragão

DOI 10.22533/at.ed.62919220115

CAPÍTULO 16..... 181

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTRATÉGIA PARA A LEGITIMAÇÃO DA DIVISÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO SABER?

Valdenice de Araujo Prazeres

DOI 10.22533/at.ed.62919220116

CAPÍTULO 17 197

MECANISMOS DE MOBILIZAÇÃO PARA O REGIME DE COLABORAÇÃO: CAMINHOS PARA A GESTÃO COLABORATIVA DA EDUCAÇÃO

Ana Paula Massonetto

Manoel dos Santos

André Cardone

DOI 10.22533/at.ed.62919220117

CAPÍTULO 18..... 214

MULHERES IDOSAS E SEU PROCESSO EDUCATIVO: A EXPERIÊNCIA DAS ALUNAS DA UNATI/UERJ

Alzira Tereza Garcia Lobato

Carla Virginia Urich Lobato

DOI 10.22533/at.ed.62919220118

CAPÍTULO 19 224

O PLANO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

Cristiane Queiroz Leite Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.62919220119

CAPÍTULO 20	236
O REGIME DE COLABORAÇÃO E O PNE: ENTRE O PROPOSTO E O POSSÍVEL	
<i>Laurimar de Matos Farias</i>	
<i>Leila Maria Costa Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220120	
CAPÍTULO 21	247
OS CONCEITOS DE DESCENTRALIZAÇÃO, AUTONOMIA E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA NEOLIBERAL	
<i>Edivania de Castro Pires</i>	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Ângela Maria Dias Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220121	
CAPÍTULO 22	256
OS SENTIDOS DO ENSINO MÉDIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: CONTRADIÇÕES NO ACESSO E NA QUALIDADE DO ENSINO	
<i>João Paulo da Conceição Alves</i>	
<i>Ronaldo Marcos de Lima Araujo</i>	
<i>Márcia Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220122	
CAPÍTULO 23	268
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Jorge Fernando Hermida</i>	
<i>Fernando Augusto Generino Soares</i>	
<i>Edivania de Castro Pires</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220123	
CAPÍTULO 24	281
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA GESTÃO ESCOLAR ATRAVÉS DA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS: O CASO DE PERNAMBUCO	
<i>Ednaldo Alves de Moura Júnior</i>	
<i>Severino José de Andrade Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220124	
SOBRE A ORGANIZADORA	297

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Silvania dos Santos Rabêlo

Universidade Federal do Maranhão, Setor de Assistência Estudantil, São Luís, Maranhão

Thelma Helena Costa Chahini

Universidade Federal do Maranhão, Mestrado em Educação (PPGE) e em Cultura e Sociedade (PGCULT), São Luís, Maranhão

RESUMO: A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, esclarece, dentre outros, que na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação de discentes com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços à promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse contexto, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, descritiva em uma universidade federal, visando investigar as percepções de alunos com deficiência visual em relação à operacionalização da referida Política, bem como os desafios da permanência, com êxito na aprendizagem e na conclusão das

graduações. Os participantes foram 10 alunos com deficiência visual, pertencentes aos Cursos de Licenciatura em Música, Teatro, Artes Visuais, Filosofia, História, Geografia, Letras (Habilitação em Inglês), Ciências Sociais e Geografia. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. Os resultados enfatizam os desafios da operacionalização da Legislação vigente em relação à inclusão, bem como a urgência de recursos humanos qualificados que possam concretizar os princípios da Educação Inclusiva. Faz-se urgente à implementação de projetos de ensino e de extensão dentro da universidade, com fins de promover a sensibilização do olhar e da escuta da comunidade acadêmica em relação aos direitos educacionais dos alunos com deficiência, para que esta se torne, realmente, inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência visual. Educação superior. Inclusão.

ABSTRACT: The National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education clarifies, among others, that in higher education, special education is effective through actions that promote the access, permanence and participation of students with disabilities and / or needs education. These actions employ planning and organization of resources and services for the promotion of architectural accessibility, in communications, in information

systems, in teaching and pedagogical materials, which should be made available in the selective processes and in the development of all activities involving teaching, research and extension. In this context, an exploratory, descriptive research was developed at a federal university, aiming to investigate the perceptions of students with visual impairment in relation to the operationalization of referred Policy, as well as the challenges of permanence, with successful learning and graduation completion. The participants were 10 students with visual impairment, belonging to the Licentiate Courses in Music, Theater, Visual Arts, Philosophy, History, Geography, Languages (Habilitation in English), Social Sciences and Geography. Data were collected through semi-structured interviews. The results emphasize the challenges of the implementation of existing Legislation in relation to inclusion, as well as the urgency of qualified human resources that can implement the principles of Inclusive Education. There is an urgent need to implement teaching and extension projects within the university, in order to promote awareness of the academic community's view and listening to the educational rights of students with disabilities, so that it becomes truly inclusive.

KEYWORDS: Visual impairment. College education. Inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

A Legislação Federal ressalta que as pessoas com necessidades educacionais específicas têm direitos ao acesso, a permanência e ao atendimento especializado em todos os níveis de ensino, que favoreça o pleno desenvolvimento delas, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (BRASIL, 2006).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, no processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da Língua de Sinais, de textos em Braille, de informática ou de Tecnologia Assistiva como uma prática cotidiana, bem como os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreça a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos (BRASIL, 2008).

No contexto da Inclusão, o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências, dentre as quais: garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, prevendo estruturação de Núcleos de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior, visando à eliminação

de barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência (BRASIL, 2011a).

No mesmo sentido, o Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011, institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite e, esclarece que são consideradas pessoas com deficiência as que possuem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2011b).

Portanto, são diretrizes do Plano Viver sem Limite: garantia de um sistema educacional inclusivo; garantia de que os equipamentos públicos de educação sejam acessíveis às pessoas com deficiência, inclusive por meio de transporte adequado; ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mediante sua capacitação e qualificação profissional; ampliação do acesso das pessoas com deficiência às políticas de assistência social e de combate à extrema pobreza; prevenção das causas de deficiência; ampliação e qualificação da rede de atenção à saúde da pessoa com deficiência, em especial os serviços de habilitação e reabilitação; ampliação do acesso das pessoas com deficiência à habitação adaptável e com recursos de acessibilidade; e promoção do acesso, do desenvolvimento e da inovação em tecnologia assistiva (BRASIL, 2011b).

O Programa Incluir – Acessibilidade à Educação Superior tem por objetivo promover a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior, garantindo condições de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior, assim como adequação arquitetônica para acessibilidade nos diversos ambientes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) – rampa, barra de apoio, corrimão, piso e sinalização tátil, sinalizadores, alargamento de portas e vias, instalação de elevadores, dentre outras; aquisição de recursos de tecnologia assistiva para promoção de acessibilidade pedagógica, nas comunicações e informações aos estudantes com deficiência e demais membros da comunidade universitária – computador com interface de acessibilidade, impressora Braille, linha Braille, lupa eletrônica, teclado com colmeia, acionadores acessíveis, dentre outros; aquisição e desenvolvimento de material didático e pedagógico acessíveis; aquisição e adequação de mobiliários para acessibilidade (BRASIL, 2013).

Diante desse contexto, questiona-se: quais as percepções dos alunos com deficiência visual da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em relação aos desafios da permanência na Educação Superior?

Para dar conta de investigar o problema levantado, elencou-se como objetivo geral: Investigar as percepções dos alunos com deficiência visual da Universidade Federal do Maranhão em relação aos desafios da permanência na Educação Superior. E os objetivos específicos compreenderam: identificar os alunos com deficiência visual por necessidades educacionais específicas e por cursos que frequentam; verificar como vem ocorrendo o processo ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência

visual na UFMA; conhecer as condições de permanência dos alunos com deficiência visual inseridos nos Cursos da UFMA; descrever possíveis sugestões dos participantes em relação às questões de acessibilidade, dos desafios do acesso e da permanência na Educação Superior.

Diante do exposto, pretende-se com esta pesquisa trazer visibilidade à questão da Inclusão de alunos com deficiência visual na Educação Superior, bem como possibilitar à comunidade acadêmica, reflexões acerca do acesso e da permanência desses alunos, que têm seus direitos assegurados pela Legislação Federal vigente, mas que devido à carência de recursos humanos especializados e sensibilizados, esses direitos não estão sendo operacionalizados e/ou respeitados.

Como ressalta Chahini (2006) há inúmeras dificuldades em relação à prática de aceitação e da inclusão de pessoas com deficiência em todos os setores sociais dentre esses, a formação fragmentada do profissional de educação que acarreta como consequência, um tipo de despreparo do professor, e o pior de tudo, a dificuldade em operacionalizar o discurso sobre a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas em níveis mais elevados de ensino.

A inclusão das pessoas com deficiência na Educação Superior deve assegurar-lhes, o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, às oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, o fato de a pessoa ser deficiente não deve definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste direito, as Instituições de Educação Superior (IES) devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes (BRASIL, 2013).

2 | METODOLOGIA

Desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, descritiva, pois de acordo com Gil (2008) esse tipo de pesquisa é apropriado nos casos pouco conhecidos e/ou pouco explorados, bem como possibilita descrever o fenômeno pesquisado.

No total foram 10 alunos com deficiência visual. Sendo 8 alunos do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Pertencentes aos Cursos de Licenciatura em Música, Teatro, Artes Visuais, Ciências Sociais (Bacharelado), Filosofia, Letras (Habilitação em Inglês), Letras (Habilitação em Francês), Psicologia, Licenciatura em História e Licenciatura em Geografia.

A Pesquisa foi desenvolvida na UFMA, no período de julho a dezembro de 2014. Com alunos com deficiência visual. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas, por meio de um roteiro contendo 12 perguntas, pois de acordo com Triviños (1987, p. 152) “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e

atuante do pesquisador no processo de coleta de informações”.

Após o mapeamento e a identificação dos participantes, agendavam-se as entrevistas de acordo com a disponibilidade dos discentes. No dia agendado, explicavam-se os objetivos da pesquisa e após o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, pelos participantes, os dados eram coletados em salas que se encontravam disponíveis para esta finalidade, dentro da própria universidade.

As entrevistas foram gravadas com a autorização prévia dos participantes, posteriormente foram transcritas e analisadas de acordo com Bardin (2011).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao serem indagados sobre como ingressaram na Universidade, se foi através das Cotas ou do vestibular tradicional, bem como qual recurso que necessitou e, se foi atendido sobre a referida solicitação.

Os dados demonstraram que todos os participantes ingressaram na Universidade Federal do Maranhão através do Sistema de Cotas. Os recursos solicitados pelos alunos com baixa visão foram leitores (recursos humanos), provas ampliadas, aumento do tempo, leitor transcrito, sala com boa luminosidade. Os alunos cegos solicitaram provas em Braille e leitor transcrito. Apenas um aluno relatou que preferia ter sido atendido com o recurso de leitura de telas, os demais afirmaram que suas solicitações foram atendidas.

Isso demonstra que já houve avanços em relação aos recursos disponibilizados aos alunos com deficiência visual durante o processo seletivo vestibular, como podemos verificar no estudo realizado por Santos (1998 *apud* OLIVEIRA, 2011), desenvolvido na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde as avaliações de alunos com deficiência visual eram realizadas em linguagem convencional, com a participação de um leitor que tinha como função, além de ler a prova, de escrevê-la também.

Quanto à questão sobre qual o tipo de deficiência possuía e/ou qual necessidade educacional específica. Os dados informados demonstram que 6 são alunos com baixa visão e 4 com cegueira total. Os alunos com baixa visão necessitam de leitor de tela, fontes ampliadas, textos digitalizados, áudio e vídeo, lupas. Os alunos com cegueira total necessitam de textos em Braille, materiais digitalizados e em áudio.

Dentre os discentes participantes nesse estudo, um fato interessante ocorreu durante as entrevistas, em que um aluno com cegueira total, se identificou como possuindo apenas baixa visão. Isso fez lembrar os estudos de Valdés et al. (2003 *apud* OLIVEIRA, 2011), quando sinalizam para o fato de que alguns estudantes não se reconhecem como pessoas com deficiência, negando inclusive, às necessidades de eliminação de barreiras arquitetônicas, bem como as de cunho curricular e/ou didático-pedagógica.

Em relação ao Curso que se encontram fazendo e qual o período. Dentre os 10 alunos, participantes nesse estudo, 1 aluno pertence ao Curso de Filosofia, 1 ao Curso de Ciências Sociais, 2 ao Curso de Licenciatura em Música, 1 Licenciatura em História, 1 Licenciatura Plena em Teatro, 1 Geografia Bacharelado, 1 Licenciatura Plena em Geografia, 1 Licenciatura em Artes Visuais, 1 Licenciatura Letras/Inglês.

Como verifica-se, há uma diversidade nas escolhas dos Cursos. Isso mostra que os alunos estão ingressando nos Cursos que se identificam, independentemente de suas necessidades educacionais específicas, pois antes da Política de Cotas, muitos alunos com deficiência visual tinham dificuldades em ingressar na Educação Superior, bem como suas necessidades especiais eram muitas vezes empecilhos em relação ao ingresso nas referidas instituições.

Verifica-se aqui o resultado das Políticas de Inclusão, como no caso, a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que dispõe os requisitos de acessibilidade aos alunos com deficiência na Educação Superior (BRASIL, 2003) e o Programa Incluir – Acessibilidade à Educação Superior que tem por objetivo promover a inclusão de estudantes com deficiência, na Educação Superior, garantindo condições de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior (BRASIL, 2013).

Quando se questionou sobre como se sentiam sendo discentes com deficiência visual na Educação Superior em relação às questões de acessibilidade. A maioria dos alunos reclamou da acessibilidade física e instrumental. Sinalizando que suas necessidades educacionais específicas não estavam sendo respeitadas no decorrer do processo ensino-aprendizagem. E demonstram que são lutadores por seus direitos de cidadãos, que nesse contexto, envolve o direito à educação de qualidade e à qualificação profissional que os possibilite inserção no Mercado de trabalho.

Isso faz lembrar Mantoan (2004, p. 17) ao dizer que “temos direitos de ser, sendo diferentes e, se já reconhecemos que somos diferentes de fato, a novidade está em querermos ser também diferentes de direitos”.

Em relação ao questionamento sobre a preparação e/ou qualificação dos professores para o processo ensino-aprendizagem de alunos com deficiência visual, na UFMA. Ficou evidente a insatisfação dos alunos em relação à qualificação de seus professores para a mediação do processo ensino-aprendizagem. Os alunos foram unânimes em relatar que os seus professores não os sabem ensinar, levando em consideração suas condições de deficientes visuais.

Nesse contexto, se faz importante mencionar os estudos de Moreira (2004, p. 152) ao constatar que a maioria dos docentes das Universidades não possuem conhecimentos necessários em relação às necessidades educacionais específicas de alunos com deficiência, assim como os referidos alunos percebem que “grande parte dos professores carece, inúmeras vezes, de conhecimento científico-pedagógico e sensibilidade para lidar com essa situação”.

Ao se perguntar como ocorria o relacionamento entre os alunos com deficiência visual e seus docentes em relação às questões didáticas e/ou metodológicas e, se

estes utilizavam recursos pedagógicos que facilitavam seus aprendizados. Os dados demonstram que alguns professores se relacionam bem com seus alunos, outros não, bem como as queixas em relação ao não atendimento de forma satisfatória dos recursos pedagógicos que os referidos alunos necessitam.

Os dados convergem com os de Oliveira (2003 *apud* OLIVEIRA, 2011), quando realizou pesquisa na Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 2003 e, verificou, dentre outros, que os alunos com deficiência enfrentavam dificuldades nas relações interpessoais envolvendo estes e os seus professores, assim como má vontade dos professores em atender suas necessidades educacionais específicas.

Quanto ao relacionamento entre os alunos com deficiência visual e seus colegas. Os dados demonstram que o relacionamento entre os colegas é bom. Que os alunos com deficiência visual se sentem bem interagindo com seus pares. Os dados convergem com os estudos de Chahini (2010) ao constatar que o fato de estudar com alunos com deficiência tornou as atitudes de seus colegas mais favoráveis à inclusão.

Ao serem questionados se estavam satisfeitos com os seus Cursos em relação ao processo ensino-aprendizagem. Dentre os 10 alunos, 4 disseram que não se encontravam satisfeitos e 6 afirmaram que estavam satisfeitos. Dos que disseram estar satisfeitos, apenas 1 não se queixou de dificuldades no processo ensino-aprendizagem, os demais relataram que estavam tendo dificuldades.

Isso vem sendo debatido por Amaral (1999 *apud* PESSINI; SILVA; SILVA, 2007) quando ressalta que a Educação proporciona às pessoas com deficiência uma maneira diferenciada de ver o mundo, possibilitando participação, autonomia e emancipação, condições indispensáveis ao exercício da cidadania.

Quando se perguntou se os alunos já haviam solicitado atendimento educacional especializado e qual foi, bem como a quem foi solicitado e, se haviam sido atendidos, metade dos participantes se queixou da demora na entrega de materiais solicitados ao Núcleo de Acessibilidade da UFMA e 4 alunos disseram ter procurado o Núcleo e foram atendidos em suas solicitações, que no caso foram materiais digitalizado, utilização de equipamentos, textos em Braille, prova ampliada. 1 aluno disse nunca ter precisado do Núcleo de Acessibilidade.

Diante dos fatos, se faz importante lembrar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ao esclarecer que o atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. E que na Educação Superior a educação Especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos, bem como o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008).

No contexto, os estudos de Coutinho (2011) ressaltam que as instituições de Educação Superior, não dispõem de amparo metodológico, não disponibilizam textos e material didático em braile, não oferecem áudio-descrição para que os alunos possam acompanhar palestras, congressos, filmes, entre outras deficiências técnico-pedagógicas existentes. Que diante desse panorama os referidos alunos tentam reconstruir sua escolarização, bem como tentam incluir-se criando mecanismos compensatórios que lhes possibilitem acompanhar os demais alunos.

Ainda nesse contexto, lembra-se de Machado (2008) ao dizer que existe uma distância entre as políticas que são proclamadas e a operacionalização dessas nas instituições de ensino. Sendo assim, ressalta-se a urgência de a Legislação Federal vigente, realmente, se fazer presente dentro das instituições de educação superior, não como imposição, mas como processo de sensibilização, educação e prática transformadora, pois a lei por si só não garante a operacionalização dos princípios da educação inclusiva.

A inclusão se faz presente quando todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sociais, econômicas etc. se sentirem acolhidos como pessoas de direitos e, nesse caso, os direitos que estão solicitando, são os de uma educação de boa qualidade, bem como professores capacitados ao processo ensino-aprendizagem de discentes pertencentes ao público-alvo da Educação Especial/Inclusiva.

Quanto à questão se os conhecimentos recebidos em seus Cursos eram suficientes para o ingresso no Mercado de Trabalho.

Dentre os 10 alunos participantes, 7 relataram que os conhecimentos adquiridos em seus Cursos não serão suficientes para garantir seus ingressos no Mercado de trabalho. Um dos motivos são as dificuldades de acesso aos conhecimentos formais socializados na Universidade.

Diante do exposto, resgata-se Oliveira (2011, p. 147) ao constatar que: “[...] apesar do avanço na legislação e concepção a respeito da inclusão de pessoas com deficiência no ensino, em especial no ensino superior, muito ainda há que ser feito para consolidar o processo de inclusão educativa”.

Faz-se importante também ressaltar Mantoan (2004, p.17), ao ressaltar que “viver a inclusão e entender as diferenças, eis um desafio que não é dos mais fáceis a enfrentar”.

As barreiras atitudinais e pedagógicas têm sido vistas pelos alunos com deficiência como as mais difíceis de serem eliminadas, muito mais que as de natureza física e técnica.

Ainda nesse contexto, citamos Coutinho (2011) ao chamar atenção à questão de que as Instituições de Educação Superior precisam repensar o seu papel inclusivo e rever o seu papel na Educação Especial procurando novos mecanismos que possam vir ao encontro das necessidades das pessoas com deficiência visual.

4 | CONCLUSÕES

Diante dos fatos, o que se percebe é a falta de operacionalização das Políticas Educacionais que visam a Inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior, bem como a carência de recursos humanos que possam concretizar as referidas Políticas.

Faz-se urgente à implementação de projetos de ensino e de extensão dentro da Universidade, que tenham por objetivo promover a sensibilização do olhar e da escuta da comunidade acadêmica em relação aos alunos com deficiência, para que esta se torne verdadeiramente inclusiva.

É importante que a UFMA faça a identificação das necessidades individuais dos alunos com deficiência, visando oferecer apoio necessário durante a trajetória acadêmica, bem como realize modificações curriculares quando necessário, para que os alunos sejam bem-sucedidos em seus Cursos. Que haja uma preocupação por parte das autoridades competentes com o desenvolvimento de uma cultura que valorize a diversidade e promova a inclusão, não somente de alunos com deficiência visual, mas de todos os alunos, com ou sem deficiência.

Para que a Universidade Federal do Maranhão possa ser considerada inclusiva, é de suma importância que ocorram mudanças, para melhor, nas relações interpessoais e nas atitudes dos profissionais em relação aos alunos com deficiência, com eliminação de estigmas que associam a deficiência com incapacidade. E que os profissionais que ocupam cargos e/ou funções que atendem alunos com deficiência, sejam preparados, qualificados para a receptividade de suas necessidades específicas e, que realmente, ofereçam apoio. Que esses profissionais não sejam reativos, que não fiquem julgando de inconvenientes as pessoas com deficiência, sempre que solicitam atendimento educacional específico.

Espera-se que este estudo represente a vez e a voz de todos os discentes com deficiência, que por meio de políticas compensatórias conseguiram ingressar na Educação Superior, mas que se encontram lutando para garantir suas permanências com êxito de aprendizagem, bem como uma qualificação profissional que garanta inserção no Mercado de Trabalho formal e competitivo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, prevendo estruturação de Núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, prevendo estruturação de Núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de

Educação Superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. Brasília, DF, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2008. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa Incluir**: Acessibilidade à Educação Superior. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 nov. 2014.

CHAHINI, T. H. C. **Atitudes sociais e opiniões de professores e alunos da Universidade Federal do Maranhão em relação à inclusão de alunos com deficiência na educação superior**. 2010. 131 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010.

CHAHINI, T. H. C. **Os desafios do acesso e da permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais nas Instituições de Ensino Superior de São Luís – MA**. 2006. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

COUTINHO, M. M. de A. **A inclusão da pessoa com deficiência visual na Educação Superior e a construção de suas identidades**. 2011. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MACHADO, E. V. Políticas públicas de inclusão no ensino superior. In: SOUZA, O. S. H. S. (Org.). **Itinerários da inclusão escolar**: múltiplos olhares, saberes e práticas. Porto Alegre: Ulbra, 2008. p. 44-53.

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 36, p. 47-62, 2004.

MOREIRA, L. C. **Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais**: das ações institucionais às práticas pedagógicas. 2004. 233 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, A. S. S. **Alunos com deficiência no ensino superior**: subsídios para a política de inclusão da UNIMONTES. 2011. 174 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

PESSINI, M. A.; SILVA, R. O.; SILVA, V. O. Compreendendo as experiências dos alunos com necessidades especiais no ensino superior. **Akropólis**, Umuarama, v. 15, n. 1/2, p. 19-24, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-062-9

